

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

119 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 18 a 22/04/2022

1. SESSÃO SOLENE COM O PRESIDENTE UCRANIANO VOLODYMYR ZELENSKYY	1
2. NATO FINLÂNDIA E SUÉCIA	3
3. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	4
PEGASUS	4
Comissão especial sobre a COVID-19	4
AFET - Ucrânia	4
LIBE - Estado de direito	4
JURI - DROI - reunião interparlamentar	5
BUDG - novos recursos próprios	5
LIBE - situação migratória em Chipre	6
4. PREVISÕES ECONÓMICAS DO FMI BANCO CENTRAL EUROPEU	6
5. PARLAMENTOS NACIONAIS SUBSIDIARIEDADE	8
6. ELEIÇÕES NA UE	8
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho de Negócios Estrangeiros	8
Conselho de Assuntos Gerais	9
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9

1. SESSÃO SOLENE COM O PRESIDENTE UCRANIANO VOLODYMYR ZELENSKY

Temos dado nota (e.g. Síntese n.º [117](#)), demos nota de que o Presidente da Ucrânia **Volodymyr Zelenskyy tem discursado perante vários os Parlamentos nacionais, em formato de videoconferência**, sobre a situação no seu país. Referimos, igualmente, que o *think tank* do PE disponibilizou um *briefing* (disponível [aqui](#)) em que sintetiza as principais mensagens deixadas pelo Presidente ucraniano nessas intervenções, de modo a manter a guerra da Rússia contra a Ucrânia no topo das agendas nacionais e internacionais.

No dia 21 de abril, teve lugar na Assembleia da República, a [Sessão Solene de Boas-Vindas ao Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy](#)¹. A Sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, e contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, do Primeiro-Ministro, António Costa, da Embaixadora da Ucrânia em Portugal, Inna Ohnivets, dos Deputados à Assembleia da República e demais convidados.



Na sua [intervenção](#), o Presidente Zelenskyy descreveu os ataques indiscriminados das forças russas a cidades ucranianas, relatando bombardeamentos a edifícios onde residiam idosos e crianças, bem como o cerco à cidade de Mariupol que destruiu todas as suas infraestruturas e matou inúmeras pessoas. Apelou ao mundo que fornecesse armamento pesado à Ucrânia, para que esta se pudesse defender da ocupação russa, pedindo a Portugal a continuação de aplicação de sanções à Rússia, nomeadamente com o bloqueio da Rússia ao sistema bancário e o embargo ao petróleo russo. Recordou que a Ucrânia já tinha passado por duas revoluções, em 2004 e 2014, nas quais tinha derrubado a ditadura instalada, referindo que o povo português, ao celebrar brevemente a Revolução dos Cravos, poderia compreender o sentimento dos ucranianos por esta luta pela liberdade. Salientou a necessidade de se combater a propaganda russa, especialmente nos países de língua oficial portuguesa em África, concluindo com um apelo a Portugal para apoiar a integração da Ucrânia na União Europeia, considerando os valores comuns que partilhavam.

De seguida, interveio o Presidente da Assembleia da República, que referiu que **Portugal havia sido dos primeiros a condenar**, publicamente, a agressão da Rússia e a apoiar a Ucrânia, destacando que o ato de agressão de guerra era ilegal e injustificada e violava o direito internacional, pelo que o ofendido tinha o direito de se defender. Salientou que Portugal passou das palavras aos atos com a adoção de medidas de defesa e fornecimento militar à Ucrânia e implementou, em território nacional, programas de acolhimento e integração dos refugiados ucranianos. Realçou que Portugal era a favor das sanções contra a Rússia, nomeadamente, no âmbito bancário e energético, elevando a unidade dos seus três órgãos de soberania no apoio à Ucrânia e na condenação dos atos bárbaros cometidos pela Federação russa. Destacou que a República Portuguesa, enquanto membro da UE e da NATO, defendia os

¹ Ponto elaborado com o contributo de Gonçalo Sousa Pereira, da equipa da Comissão de Assuntos Europeus. Fotos: Assembleia da República.

processos em curso para apoiar a Ucrânia, acrescentando ainda o empenho no auxílio do povo português aos mais de trinta mil refugiados ucranianos que chegaram a Portugal e que já se encontravam integrados nas comunidades portuguesas. Concluiu referindo que para se alcançar paz, era necessário fazer frente à agressão com um processo negocial sério e que a luta pela liberdade na Ucrânia, era a luta pela liberdade na Europa, sendo que nessa luta Portugal nunca tinha falhado nem falharia.

A Sessão Solene foi encerrada pelo Presidente da Assembleia da República, com a entoação dos hinos da Ucrânia e de Portugal, tocados pela banda da Guarda Nacional Republicana. A **intervenção do Presidente da Ucrânia está disponível** na página da Embaixada da Ucrânia em Portugal, [aqui](#), e a **intervenção do Senhor Presidente da Assembleia da República** está igualmente disponível [aqui](#), na íntegra.

Noutros desenvolvimentos sobre esta matéria, damos nota de que o **Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, se deslocou a Kiev** esta semana para um encontro com o Presidente ucraniano, tendo referido que a UE está determinada *“a fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para apoiar a Ucrânia, porque queremos a vitória da Ucrânia. E é por isso que vamos utilizar todas as ferramentas possíveis ao nosso alcance”*. Neste contexto, destacou quatro pontos:

1. **Apoio económico e financeiro**, nomeadamente através de uma conferência internacional de doadores em benefício da Ucrânia, a ser lançada no dia 5 de maio. Além disso, está a ser desenvolvido um esforço conjunto com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional para mobilizar os recursos necessários para que a Ucrânia possa enfrentar as exigências de curto e médio prazo;
2. **Apoio militar**, com a decisão da UE em fornecer equipamento letal (cerca de 1.5 mil milhões de euros até agora), em diálogo e concertação permanentes com os Estados-Membros;
3. **Apoio político**, referindo que quando o governo da Ucrânia submeteu o pedido de adesão à UE, o Conselho encarregou imediatamente a Comissão de emitir uma opinião, que deverá ser conhecida em junho (*“Normalmente, leva oito meses para a Comissão publicar um parecer”*). Acrescentou Charles Michel que *“Depois será minha responsabilidade avaliar quando poderei colocar este ponto na agenda do Conselho Europeu e do Conselho, para garantir que temos a discussão política para progredir nesta matéria.”* Além disso, referiu que sente *“um apoio muito forte para garantir que podemos dar apoio concreto à Ucrânia na vossa escolha de seguir o caminho da UE para o vosso futuro”*.
4. **Sanções**, de modo a continuar a pressionar a Federação russa, dando nota dos elementos adicionais em análise para aumentar essa pressão.

Sobre esta última matéria, importa referir uma análise publicada pelo PE sobre os cinco pacotes de sanções adotados pela UE relativamente à Rússia (disponível [aqui](#)), bem como do trabalho desenvolvido pelo Institute for the Study of War sobre esta guerra, com um detalhe diário das operações (pode ser consultado [aqui](#)).

Por outro lado, o *The Guardian* noticiou esta semana uma carta enviada por cerca de 200 antigos responsáveis da ONU ao Secretário-Geral António Guterres (notícia [aqui](#)), exortando-o a um envolvimento mais ativo na mediação deste conflito. Segundo a *Reuters*, António Guterres terá solicitado encontros bilaterais separados a Vladimir Putin, em Moscovo, e a Volodymyr Zelenskyy, em Kiev.

Finalmente, referimos que o ex-Primeiro-Ministro italiano e líder do Partido Democrático, Enrico Letta, publicou um artigo de opinião no *Corriere della Sera*, sugerindo a criação de uma *“Confederação europeia”* com a Ucrânia, a Geórgia, a Moldávia e a Macedónia do Norte (disponível [aqui](#), em italiano).

2. NATO | FINLÂNDIA E SUÉCIA

Desde o início da invasão russa da Ucrânia, a 24 de fevereiro, que se tem intensificado **o debate sobre uma possível adesão da Finlândia e da Suécia à NATO** (o *Atlantic Council* disponibiliza uma análise sintética desta matéria [aqui](#)).

No passado dia 13 de abril, as Primeiras-Ministras da Finlândia, Sanna Marin, e da Suécia, Magdalena Andersson, reuniram-se para discutir as preocupações de segurança na região.



© Paul Wennerholm/TT News Agency/AFP

O **Governo finlandês apresentou esta semana ao Parlamento um relatório** sobre a reavaliação da situação política de segurança da Finlândia, incluindo uma avaliação dos resultados e riscos de uma possível candidatura e adesão à NATO finlandesa. O **relatório está disponível [aqui](#)**, em inglês. Sob liderança da Comissão de Negócios Estrangeiros, as várias comissões do Parlamento da Finlândia irão analisar o relatório. Este escrutínio tem sido visto como uma plataforma para formar um eventual consenso no seio do Parlamento que daria ao Presidente e ao Governo da Finlândia um mandato político para novas ações, incluindo iniciar um processo de candidatura da NATO num momento considerado auspicioso. Uma compilação recente do principal jornal nacional [Helsingin Sanomat](#) enumera os pontos de vista conhecidos dos deputados finlandeses sobre a adesão à NATO: 102 a favor; 12 contra; 37 indecisos e 49 sem posição conhecida.

No que diz respeito à **Suécia**, que terá eleições legislativas no outono, o debate tem-se aprofundado nas últimas semanas, tendo o [Aftonbladet](#) - jornal de maior tiragem no país e visto como próximo do movimento sindical e do partido-social democrata (historicamente opostos à adesão), a que pertence a Primeira-Ministra - publicado um editorial em que recomenda a adesão à NATO. Anders Lindberg, editor político do jornal e citado pelo [Financial Times](#), referiu que disse que tinha "*um pouco relutantemente*" mudado de opinião, acrescentando que "*Não vejo realmente como a Suécia e a Finlândia serão capazes de garantir a nossa segurança fora da NATO quando a Rússia estiver pronta em 2022 para iniciar uma guerra em larga escala contra um país vizinho*".

Uma sondagem de opinião, também publicada no Aftonbladet na quarta-feira, mostrou que 57% dos suecos eram a favor da adesão à NATO e apenas 21% contra. Pela primeira vez, a maioria dos eleitores sociais-democratas são a favor da adesão, com 41% a favor e 25% contra.

Recorde-se que a próxima Cimeira da NATO terá lugar em Madrid, nos dias 29 e 30 de junho de 2022.

Finalmente, damos nota da **intervenção de Carl Bildt**, antigo Primeiro-Ministro e MNE sueco, no programa *Global Public Square* (CNN) de Fareed Zakaria do passado Domingo, em que analisa a perspetiva estratégica desta possível adesão, e que pode ser vista [aqui](#).

3. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

PEGASUS

Na sequência da alegada utilização do *spyware* de vigilância da Pegasus contra jornalistas, políticos, agentes da lei, diplomatas, advogados, empresários, actores da sociedade civil e outros cidadãos, o Parlamento Europeu decidiu em Março **criar uma nova comissão de inquérito para investigar a utilização de spywares de vigilância**, e se esta utilização violou a lei da UE e os direitos fundamentais.

A [Comissão tomou posse esta semana](#) e deverá apresentar o seu relatório daqui a 12 meses. Na sua reunião constitutiva, realizaram-se audições de peritos envolvidos com estas matérias

- [Forbidden Stories](#): Laurent Richard & Sandrine Rigaud
- [Citizen Lab](#): John Scott-Railton & Bill Marczak
- [Amnesty International](#): Donncha Ó Cearbhail & Likhita Banerji

Comissão especial sobre a COVID-19

Esta semana, tomou igualmente posse a [nova comissão especial sobre a pandemia da COVID-19](#), constituída por um período de 12 meses e encarregada de analisar como a resposta europeia à pandemia e as lições aprendidas podem contribuir para uma acção futura numa variedade de áreas políticas da UE

AFET - Ucrânia

A Comissão de Assuntos Externos debateu os **últimos desenvolvimentos na Ucrânia** na sequência da invasão russa lançada a 24 de Fevereiro, bem como um balanço do impacto das sanções ocidentais na Rússia dois meses após a sua adopção, incluindo a avaliação da sua eficácia e da oportunidade para uma maior expansão. O vídeo está disponível [aqui](#) e o debate contou com a presença do Presidente da Câmara de Melitopol Ivan Fedorov. Também participam Maria Mesentseva, Chefe Adjunta da Comissão para a Integração da UE do Verkhovna Rada da Ucrânia, Olena Khomenko, Presidente da Subcomissão de Relações Económicas Externas e Utilização Eficiente da Ajuda Internacional do Verkhovna Rada, e representantes das instituições da UE.

Recorde-se que Fedorov foi raptado em Março depois das forças russas terem ocupado Melitopol, localizada a oeste da cidade sitiada de Mariupol, no sul da Ucrânia. Foi subsequentemente libertado após vários dias em cativeiro.

LIBE - Estado de direito

A Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos adotou o seu [relatório de iniciativa](#) sobre o [relatório da Comissão sobre o Estado de Direito de 2021](#), aprovado com 54 votos a favor, 11 contra e 1 abstenção. A Comissão LIBE reitera que o trabalho da CE nesta área é útil, salientando ao mesmo tempo que o PE espera melhorias significativas, nomeadamente o alargamento do âmbito do relatório para incluir a totalidade dos valores do Artigo 2º. O PE apela a que

- a Comissão se afaste e da "documentação descritiva" e opte por uma abordagem "analítica e prescritiva" que identifique tendências transversais, incluindo possíveis vulnerabilidades sistémicas, a nível da UE;
- haja mais clareza metodológica, mais tempo e melhor envolvimento das partes interessadas, e mais recursos da Comissão atribuídos a esta tarefa;
- exista uma ligação directa entre as conclusões do relatório e a ativação de mecanismos correctivos (por exemplo, o Artigo 7, condicionalidade orçamental, e procedimentos de infracção), bem como medidas para o estabelecimento de um mecanismo permanente e abrangente;
- a criação de um "*índice do Estado de direito*" quantitativo, para além da avaliação qualitativa, com base numa avaliação do desempenho dos estados membros no final de cada capítulo; e
- o estabelecimento de uma "Semana dos Valores da UE" anual cada Setembro.

A Comissão das Liberdades Cívicas lamenta ainda que o relatório **não reconheça claramente o "processo deliberado de retrocesso do Estado de direito" na Polónia e Hungria**, e não identifique outras deficiências em vários países da UE. O texto salienta também que a simples apresentação de "deficiências ou violações de natureza ou intensidade diferente" corre o risco de trivializar as violações mais graves.

O relatório deverá ser apresentado para adopção na sessão plenária do PE de 18-19 de Maio.

JURI - DROI - reunião interparlamentar²

A 21 de abril de 2022, decorreu, por videoconferência, a reunião interparlamentar sobre «Responsabilidade das empresas por violações graves dos direitos humanos em países terceiros», organizada pela Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) e pela Subcomissão dos Direitos Humanos (DROI) do Parlamento Europeu.

Integraram a delegação que representou a Assembleia da República nesta reunião o Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS), pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, e as Senhoras Deputadas Catarina Rocha Ferreira (PSD) e Rita Borges Madeira (PS), respetivamente, pela Comissão de Assuntos Europeus e pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão.

Na reunião, foi apreciada a proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937 e debatida a atuação da União Europeia em matéria de prevenção e mitigação dos efeitos negativos nos direitos humanos e no ambiente, resultantes, direta ou indiretamente, da atividade das empresas europeias ou de empresas de países terceiros com as quais estas se relacionam. Os vários intervenientes salientaram a importância da harmonização das regras vigentes e da responsabilização dos diversos agentes na prossecução de um desenvolvimento sustentável da economia.

O registo vídeo desta reunião pode ser consultado [aqui](#).

BUDG - novos recursos próprios

A Comissão dos Orçamentos adotou a sua posição sobre a proposta de revisão do Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS) e sobre o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (MACF), bem como sobre o Fundo para o Clima Social (SCF).

Os pareceres foram adoptados com os resultados da votação que se seguem:

² Ponto elaborado por Vanessa Louro e Pedro Pacheco, da equipa de apoio à 10.ª Comissão.

- Revisão do ETS - Relatores José Manuel Fernandes (PPE, PT), Valérie Hayer (RENEW, FR) - 30 votos a favor, 5 contra, 5 abstenções;
- MACF - Relatores José Manuel Fernandes (EPP, PT), Valérie Hayer (RENEW, FR) - 31 votos a favor, 5 contra, 4 abstenções
- SCF - Relatora Margarida Marques (S&D, PT) - 32 votos a favor, 3 contra, 5 abstenções

Recorde-se que o [Acordo Interinstitucional](#) que acompanha o actual Quadro Financeiro Plurianual (QFP 2021-2027) inclui um [roteiro juridicamente vinculativo para a introdução gradual de novos recursos próprios a partir de 2021](#). Um recurso próprio baseado em plástico foi introduzido em Janeiro de 2021.

Em [Julho](#) e [Dezembro](#) de 2021, a Comissão Europeia apresentou propostas concretas para recursos próprios com base num sistema revisto de comércio de emissões da UE e num mecanismo de ajustamento das fronteiras de carbono, bem como para um recurso próprio baseado no Pilar I do acordo-quadro inclusivo do G20/OCDE, com vista à sua implementação até ao início de 2023. O [Fundo para o Clima Social](#) visa fornecer mais de 72 mil milhões de euros de financiamento da UE durante o período 2025-2032, a ser pago principalmente por créditos ETS nos sectores dos edifícios e do transporte rodoviário.

Nas suas opiniões, a Comissão BUDG salienta que "*o princípio da universalidade implica que não pode haver afectação ou atribuição de qualquer recurso próprio específico para cobrir um tipo específico de despesas*". Assim, os novos Recursos Próprios baseados no ETS e no MACF devem não só contribuir para a acção climática, mas também "*melhorar a resiliência do orçamento da União como instrumento para investimentos e garantias*" e ajudar a cobrir os custos do Next Generation EU, a fim de "*evitar diminuições substanciais que comprometeriam os programas da UE em futuros Quadros Financeiros Plurianuais*".

LIBE - situação migratória em Chipre

A Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos [debateu os últimos desenvolvimentos](#) em matéria de contrabando e tráfico de pessoas, condições de acolhimento, [menores não acompanhados](#) e procedimentos de asilo em Chipre com a presença de Beate Gminder, Directora-Geral Adjunta responsável pela "Task Force Gestão da Migração", DG HOME, Comissão Europeia; Costas Constantinou, Secretário Permanente do Ministério do Interior da República de Chipre e Sara Prestianni, Chefe de Programas Temáticos da EuroMed Rights.

De acordo com a [Agência de Asilo da UE](#) para 2021, a pressão exercida sobre os sistemas nacionais de asilo e acolhimento e a capacidade de um país para absorver pedidos de asilo pode ser avaliada de acordo com três critérios socioeconómicos: o número de pedidos de protecção internacional relativos à área de um país, a dimensão da população e o PIB nacional. Nos últimos anos, o sistema de asilo e de acolhimento de Chipre esteve sob especial pressão, tendo em conta estes critérios e tem o maior número de requerentes de asilo per capita entre os países da UE.

4. PREVISÕES ECONÓMICAS DO FMI | BANCO CENTRAL EUROPEU

O FMI publicou esta semana as suas projeções económicas (World Economic Outlook, disponível [aqui](#)), em que enuncia que a guerra na Ucrânia "*desencadeou uma crise humanitária dispendiosa que exige uma resolução pacífica. Ao mesmo tempo, os danos económicos do conflito contribuirão para um abrandamento significativo do crescimento global em 2022 e aumentarão a inflação. Os preços dos combustíveis e dos alimentos aumentaram rapidamente, atingindo duramente as populações vulneráveis nos países de baixos rendimentos.*" Por conseguinte, prevê-se que o crescimento global abrande de uma

taxa estimada de 6,1% em 2021 para 3,6% em 2022 e 2023. Isto é 0,8 e 0,2 pontos percentuais mais baixo para 2022 e 2023 do que o projectado em Janeiro.

Para além de 2023, prevê-se um declínio do crescimento global para cerca de 3,3 por cento a médio prazo. Os aumentos de preços de mercadorias induzidos pela guerra e as crescentes pressões sobre os preços levaram a projeções de inflação para 2022 de 5,7% nas economias avançadas e 8,7% nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento - 1,8 e 2,8 pontos percentuais acima do projectado em Janeiro passado. Os esforços multilaterais para responder à crise humanitária, evitar uma maior fragmentação económica, manter a liquidez global, gerir a angústia da dívida, enfrentar as alterações climáticas e pôr fim à pandemia são essenciais.

O sumário executivo pode ser lido [aqui](#), o relatório completo [aqui](#) e os dados macroeconómicos [aqui](#).

Latest World Economic Outlook Growth Projections			
(real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2021	2022	2023
World Output	6.1	3.6	3.6
Advanced Economies	5.2	3.3	2.4
United States	5.7	3.7	2.3
Euro Area	5.3	2.8	2.3
Germany	2.8	2.1	2.7
France	7.0	2.9	1.4
Italy	6.6	2.3	1.7
Spain	5.1	4.8	3.3
Japan	1.6	2.4	2.3
United Kingdom	7.4	3.7	1.2
Canada	4.6	3.9	2.8
Other Advanced Economies	5.0	3.1	3.0
Emerging Market and Developing Economies	6.8	3.8	4.4
Emerging and Developing Asia	7.3	5.4	5.6
China	8.1	4.4	5.1
India	8.9	8.2	6.9
ASEAN-5	3.4	5.3	5.9
Emerging and Developing Europe	6.7	-2.9	1.3
Russia	4.7	-8.5	-2.3
Latin America and the Caribbean	6.8	2.5	2.5
Brazil	4.6	0.8	1.4
Mexico	4.8	2.0	2.5
Middle East and Central Asia	5.7	4.6	3.7
Saudi Arabia	3.2	7.6	3.6
Sub-Saharan Africa	4.5	3.8	4.0
Nigeria	3.6	3.4	3.1
South Africa	4.9	1.9	1.4
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	7.0	3.8	4.3
Low-Income Developing Countries	4.0	4.6	5.4

Source: IMF, *World Economic Outlook*, April 2022

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2021/2022 starting in April 2021. For the April 2022 WEO, India's growth projections are 8.9 percent in 2022 and 5.2 percent in 2023 based on calendar year.

Por outro lado, o Vice-Presidente do Banco Central Europeu, Luis de Guindos, deu uma entrevista esta semana à Bloomberg (disponível [aqui](#)) em que referiu que “*se subestimou a inflação durante um período de tempo. E agora há o impacto da guerra. As consequências para a inflação são bastante claras. A inflação está a acelerar devido aos preços da energia, aos preços dos produtos de base e aos estrangulamentos no abastecimento. Mas simultaneamente estamos a assistir a uma redução do crescimento através de uma deterioração do comércio. A mensagem é absolutamente clara a este respeito - vamos assistir a uma inflação mais elevada e a um crescimento mais baixo. Isto deverá reflectir-se na nossa perspectiva de Junho.*”

5. PARLAMENTOS NACIONAIS | SUBSIDIARIEDADE

Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa (2009) que os Parlamentos nacionais da UE têm o direito de **controlar o princípio da subsidiariedade através do Sistema de Alerta Precoce (EWS)**. O PE publicou esta semana um estudo, a pedido da Comissão JURI (Assuntos Jurídicos), que examina o funcionamento do EWS nos últimos 12 anos.

O estudo está disponível [aqui](#).

6. ELEIÇÕES NA UE

No próximo Domingo, realiza-se a segunda volta das eleições presidenciais em França (agregador de sondagens do *Politico* [aqui](#)) e eleições legislativas na Eslovénia (agregador de sondagens [aqui](#)).

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho de Negócios Estrangeiros

Nesta reunião, realizada a 11 de abril, os ministros [debateram a agressão militar russa e o apoio à Ucrânia](#), salientando a importância da responsabilização pelas violações graves do direito internacional, nomeadamente o apoio da UE ao procurador do Tribunal Penal Internacional e o procurador ucraniano, tanto financeiramente como com pessoal no terreno. Será enviada uma [Missão de Aconselhamento da UE](#), a fim de cooperar na investigação e na recolha de provas. O Conselho debateu também os esforços para reforçar a comunicação estratégica e combater a desinformação, nomeadamente sobre o tema da crescente insegurança alimentar causada pela [agressão da Rússia](#) contra a Ucrânia.

Durante o almoço de trabalho, estiveram presentes a ministra dos Negócios Estrangeiros norueguesa, Anniken Huitfeldt, e a ministra dos Negócios Estrangeiros islandesa, Thórdís Kolbrún Reykjörd Gylfadóttir.

Os ministros trocaram pontos de vista sobre a [Estratégia Global Gateway](#) e forneceram orientações para assegurar que esta iniciativa prossegue uma abordagem geoestratégica e global em matéria de conectividade. Tomaram nota da importância estratégica de participar em rotas de conectividade global, em especial no contexto atual.

Nas questões de atualidade, os ministros debateram: a situação no [Mali](#), que levou a UE a suspender temporariamente as ações de formação prestadas pela EUTM e pela EUCAP Mali às forças armadas e à guarda nacional; os [Balcãs Ocidentais](#) e o compromisso estratégico com a região, que complementa o processo de alargamento, é ainda mais importante no contexto geopolítico em evolução na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia; a [Líbia](#), nomeadamente e a crise institucional atual.

Conselho de Assuntos Gerais

Teve lugar a [12 de abril](#) e no âmbito do diálogo anual sobre o Estado de direito, o Conselho realizou uma troca de pontos de vista sobre a situação do Estado de direito no Luxemburgo, na Hungria, em Malta, nos Países Baixos e na Áustria. Após a apresentação da Comissão com base nas principais conclusões do capítulo específico por país do relatório de 2021 sobre o Estado de direito, os Estados-Membros em causa tiveram a oportunidade de apresentar os principais desenvolvimentos e as especificidades do respetivo quadro nacional.

No contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa, a Presidência francesa fez o balanço dos trabalhos realizados até agora e realizou-se uma troca de pontos de vista sobre as próximas etapas. Recordou-se que as componentes da Conferência deverão chegar a um consenso sobre a versão consolidada das propostas na reunião plenária de 29 e 30 de abril, antes de os cidadãos emitirem um parecer final. O relatório final da Conferência sobre o Futuro da Europa será entregue aos copresidentes (presidente do Parlamento Europeu, presidente da Comissão Europeia, presidente do Conselho) em 9 de maio, em Estrasburgo. Após 9 de maio de 2022, caberá às instituições da União Europeia analisar o seguimento a dar às conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa e informar os cidadãos sobre estes trabalhos.

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada aos trabalhos das [Comissões Parlamentares](#) e dos Grupos Políticos. Destacamos a [reunião interparlamentar sobre a subsidiariedade](#) (Comissão JURI).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [27 de abril](#), destacando-se a *Comunicação sobre uma abordagem da UE para a transição para a próxima fase COVID-19; Migração legal - pacote de competências e talentos; Iniciativa contra a litigância abusiva dirigida a jornalistas e direitos dos defensores; Revisão do Regulamento Financeiro*.

Conselho da União Europeia

Não estão previstas reuniões do Conselho.

Bruxelas | 22 de abril de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).